

# O que a imprensa registrou

## JORNAL DO BRASIL

### EDITORIAL

“Começa a reforma administrativa, não por vias de impacto e sim por meio de diretrizes divididas em etapas, algumas das quais à espera de definição. Optou o Presidente da República, ao assinar oito decretos iniciais, pela execução gradual das mudanças básicas que propõe fazer na máquina estatal. Abriu mão o Governo de orçamentos promocionais que quase sempre criam expectativas maiores que na realidade são. Terá perdido em repercussão; porém, terá ganho em objetividade. É mais importante, hoje, para o País, saber que a reforma administrativa resulta de um compromisso pessoal e de um conceito político do presidente Sarney do que vê-la sujeita às flutuações do momento eleitoral. O que o País quer é uma reforma administrativa para valer”. (“Reforma Gradual”, segunda-feira, 15/9/86)

## GAZETA MERCANTIL

### EDITORIAL:

“A reforma administrativa, diga-se de passagem, deve ser entendida como uma forma mais eficaz de controle pelo Governo dos gastos de custeio de sua máquina. Noticiou-se, nos últimos dias, que, em face de denúncias de que órgãos da administração direta vinham contratando pessoal, em desobediência expressa às determinações em vigor, o Presidente da República exigiu explicações dos ministérios envolvidos. Fala-se que não teria havido realmente um aumento de quadros, mas remanejamento de funcionários. A impressão que se tem é de que a cúpula do Governo não tem instrumentos para impor um controle como o que as circunstâncias tornam inadiável. A expectativa é de que a reforma administrativa possa efetivamente dar racionalidade à máquina do Governo e que ela possa ser operada com mais eficiência e menos desperdício. O que a Nação espera é que a reforma tenha o valor de um exemplo”.



## JORNAL DO BRASIL

### À reforma administrativa

Josué Montello

(“Oportunidade para demonstrar os propósitos de austeridade”, quinta-feira, 28/8/86).

### ARTIGO:

“Numa charge de J. Carlos, publicada na *Careta* há muitos anos, um grave funcionário público, desses que ainda usavam paletó de lustrina na repartição, admoestava assim um de seus auxiliares, no tom severo que as circunstâncias exigiam:

— O senhor, além de dormir na repartição, ronca tão alto, que acorda o nosso diretor, que trabalha aqui ao lado.

Por esse tempo, como se vê, as repartições públicas ainda ofereciam oportunidade para o iazer e o sono. Depois, tudo se complicou. Cresceram os serviços, acumularam-se os processos, aumentou consideravelmente o número de funcionários, de modo que a máquina burocrática, imensa, derrancada, complexa, facilitou o ingresso de novos servidores pelo regime do empenho político, ou das boas relações providenciais.

Ora, eu tive a sorte de chegar ao Rio de Janeiro, vindo de minha província natal, na época em que o presidente Getúlio Vargas instituiu, como regra geral, o sistema do mérito, para a ampliação natural dos quadros administrativos.

Lembro-me bem de que, alertado por uma notícia publicada no *Correio da Manhã*, fui à pequena sala que o Dasp ocupava na Ponta do Calabouço, no fundo do Museu

## CORREIO BRAZILIENSE

### EDITORIAL:

“Ao assinar oito decretos-leis para lastrear o advento da Reforma Administrativa, o presidente José Sarney deu o primeiro passo no rumo da modernização da burocracia estatal brasileira, cuja defasagem funcional, técnica e política responde pela ineficácia da máquina governamental da União. Os instrumentos legais agora editados não abarcam a generalidade dos problemas diagnosticados, há tempos, no âmbito do Serviço Público Federal e das agências paralelas criadas para dinamizar a ação oficial, entre as quais avultam as empresas estatais e as fundações estendidas pelo Tesouro. O importante é estabelecer uma nova política administrativa capaz de fulminar os agentes que respondem pela histórica ineficácia do Estado brasileiro e pelos gargalos que estrangulam as ações governamentais”.

(“Reforma Administrativa”, sexta-feira, 5/9/86).

## O que a imprensa registrou

Histórico Nacional, e ali me informei dos concursos que se iam realizar.

Com vinte anos, quem é que não entende de tudo? Um funcionário prestimoso, diplomata de carreira, mostrou-me as opções: fiscal de imposto de consumo, oficial administrativo, diplomata, técnico de educação... Detive-me neste último, para o qual era exigida uma tese, com a respectiva defesa, além de uma prova escrita sobre temas gerais de educação, e acabei por decidir que era por essa porta que eu passaria, tentando encontrar meu espaço na vida nova e na cidade estranha.

Na verdade, encontrei meu espaço ao atravessar essa porta, alguns meses depois, sem empenho de ninguém, por minha própria iniciativa, após o concurso e a classificação respectiva.

Não tardei a ser chamado pelo próprio Dasp, e ali trabalhei, como técnico de educação, nos seus cursos de administração, ao tempo em que os dirigia meu saudoso amigo e colega Jubé Júnior.

Tive a meu cargo, por esse tempo, a coordenação dos professores dos mesmos cursos, e para eles fui buscar, com a responsabilidade de lecionar Direito Administrativo, o professor Djacir Meneses, como também recrutei, para o Curso de Português Prático, o professor Júlio Nogueira.

Houve um tempo em que, na Divisão de Aperfeiçoamento, a que eu pertencia, só trabalhavam funcionários e técnicos recrutados em concurso. Eu próprio tive de dar um Curso de Organização e Administração de Bibliotecas, para substituir uma professora americana, Margaret Bates, que, por motivos pessoais, regressou às pressas aos Estados Unidos, deixando em meio o curso que vinha lecionando.

O Curso de Organização e Administração de Bibliotecas, que figura na minha bibliografia, adveio daí, com as súmulas de minhas aulas. Pude contribuir, desse modo, para a formação de algumas turmas de técnicos, que depois assumiram posição de relevo na carreira e que trabalharam comigo, ao tempo em que dirigia a Biblioteca Nacional.

Na linha dessa preparação técnica do servidor público, reorganizei os cursos da Biblioteca Nacional,

dando-lhe bases modernas, em substituição aos velhos cursos de formação especiosa, e de trânsito quase inviável, como o curso de paleografia, em que, de uma vez, foram reprovados, no fim do ano, todos os alunos — com júbilo especial do professor. Estou a ver esse mestre, de *pince-nez*, meio curvo, baixinho, o paletó a lhe roçar os joelhos, dando-me a má notícia com ar contente. E logo lhe retruquei, como aviso prévio:

— Isso quer dizer que, no próximo ano, o senhor não vai mais lecionar neste curso. Se lecionou durante todo o ano, e ninguém aprendeu, a culpa não é só dos alunos — é também do professor.

E fui à cata de outro mestre.

Enquanto trabalhei no Dasp, dirigia-o, como seu grande comandante, o meu velho amigo Dr. Luís Simões Lopes, benemérito do serviço público, grande figura humana, a quem devemos o ter transferido para a Fundação Getúlio Vargas o sentido da atualização técnica com que deu vida ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

De vez em quando, ao encontrar-me com Benedito Silva e Cleanto de Paiva Leite, um na Fundação Getúlio Vargas, outro na Presidência do IBEC, temos de reprimir o saudosismo do Dasp de outrora, porquanto nos sentimos associados à instituição e à sua fase áurea.

Depois... O Dasp, conquanto continuasse a prestar relevantes serviços, perdeu a força normativa em que se inspirara, sem dispor mais de meios para conter a confusão que se veio criando pelo tempo adiante, com institutos, autarquias, órgãos paralelos, cada qual mais poderoso que o outro, ao arrepio da disciplina de ordem geral.

Por isso, ao ver que se inicia a Reforma Administrativa, confiada a Aluizio Alves no atual Governo, tenho de levantar-me da cadeira e bater palmas, sabendo que, sem essa reforma, o Presidente da República, com todos os seus poderes, nada mais seria do que administrador do caos, na confusão do serviço público federal.

A Escola Nacional de Administração, agora criada, reata a boa tradição dos Cursos do Dasp. Com esta diferença, segundo imagino: estes, mais próximos dos modelos

americanos; aquela, inspirada na experiência francesa. Fugindo certamente aos excessos burocráticos, próprios de nossa condição latina, muito inclinada ao gosto do papel e ao rito oficial, já profligado pelo riso de Courteline em *Monsieur Badin* e em *Messieurs les Ronds-decuir* e a que pende também o nosso temperamento, se não lhe abrandamos em tempo o gosto da eloquência e da representação oficial.

A reforma encontrará resistências, principalmente da parte daqueles que conquistaram privilégios, à revelia das normas que o Dasp implantou nas suas origens, para a política de recrutamento de pessoal. E não é apenas necessária — é indispensável como fundamento de uma nova ordem construtiva para o País. Voltada para o futuro.

Com as normas vigentes, Machado de Assis e Artur Azevedo não teriam chegado a chefes de seção, no ponto mais alto de suas carreiras burocráticas, simplesmente porque não dispunham de um título universitário, que hoje se exige — se estou bem informado — para a promoção e a melhoria de vencimentos. Título que por vezes nada tem a ver com o cargo exercido, mas que serve para o empurrão providencial do fim de carreira.

A reforma, ao que me consta, ajustará o título à função, para que a conquista do canudo, ou do diploma, faça sentido com o exercício do cargo. Dai a necessidade da Escola Nacional de Administração, com o espírito de aprimoramento que inspirou o Dasp ao tempo de Luís Simões Lopes. Vai dar excelentes resultados, sobretudo no que concerne à formação de uma elite administrativa.

Convém não perder de vista a preservação do Instituto Rio Branco, que tão relevantes serviços tem prestado ao País na formação da elite diplomática de que nos orgulhamos. Conheço-lhe os valores e a disciplina, sei assim o que essa elite significa para o País.

Convém lembrar que Portugal alicerçou a unidade de seu império, depois da epopéia das descobertas, graças sobretudo à unidade das velhas Ordenações em que se baseou para governá-lo. A unidade do Brasil é, em grande parte, o resultado dessa disciplina administrativa."